

Austeridade fiscal, envelhecimento, educação e saúde: conflito distributivo “rides again”!

Jose Sergio Gabrielli de Azevedo¹

O otimista é um tolo. O pessimista é um chato. Bom mesmo é ser realista esperançoso.
Ariano Suassuna.

Soluções para os problemas do país não podem sair apenas de “estatísticas e gráficos de técnicos muito qualificados. É a democracia, por meio da política, que escolhe os caminhos que o país deve tomar; enquanto as instituições republicanas, a burocracia técnica, oferecem os materiais para pavimentar as estradas que resultarão dessas escolhas. **Gabriela Lotta e Pedro Abramovay.**

*Ambas as citações acima se encontram em **Henriques, Ricardo.** Utopia Pragmática. Futuros ambiciosos e possíveis para acelerar o desenvolvimento humano no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Editora Jandaira, 2026, p. 235. ISBN: 978-65-5094-189-5.*

De dentro da prisão, em 19/12/1929, Antonio Gramsci escreveu uma carta para o irmão dizendo: “sono pessimista con l’intelligenza, ma ottimista per la volontà”. A frase é do escritor Romain Rolland, mas ficou atribuída a Gramsci. Carlos Nelson Coutinho traduziu como “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”. Gramsci, Antônio. Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce (Portuguese Edition) (p. 42). Kindle Edition. Outra tradução pode ser “pessimismo na razão, otimismo na prática”.

Onze dias depois, em 30/12/1929, Gramsci escreve uma carta para a irmã falando da importância da primeira infância no desenvolvimento cognitivo.

Já posso me considerar um economista da velha guarda. Terminei meu curso de graduação em Economia em 1971! Lá se vão 55 anos, e terminei meu doutorado 38 anos antes de 2026. Vivi o II PND de Geisel, quando o Brasil enfrentava a primeira crise do petróleo e a discussão econômica era se o melhor caminho para o país, frente à crise do petróleo que importávamos, era garantir o equilíbrio das contas públicas ou investir em hidroelétricas, Proálcool e refinarias para preparar o futuro. Felizmente os sonhos do futuro prevaleceram. Não discuto aqui o que aconteceu com a distribuição de renda e as liberdades democráticas naquele período!

Vivi também os problemas decorrentes da crise da dívida em 1982, quando decisões unilaterais dos EUA mudaram o patamar das taxas de juros internacionais, levando o Brasil, o México e a própria Rússia, passando pelos países asiáticos, a enfrentarem um gravíssimo problema de balanço de pagamentos e dificuldades de pagar suas dívidas.

¹ Professor aposentado da UFBA e consultor da área de energia.

Recorremos ao auxílio do FMI e várias cartas explicativas foram enviadas pelos ministros da Fazenda a ele, que insistia na ortodoxia para enquadrar o Brasil, que não seguia inteiramente suas receitas para o ajuste fiscal.

Passei também pelos vários planos de estabilização dos preços descontrolados que corroíam os salários e garantiam a expansão das receitas públicas somente porque os preços cresciam, mesmo que não conseguissem comprar as mesmas coisas que antes. Convivi com a hiperinflação e a brutal transferência de renda dos trabalhadores para os que podiam se proteger das movimentações dos valores nominais das coisas. Indexações e correções monetárias cumpriam parte desses objetivos. Assisti, participei das lutas e discuti a espiral salários-preços, os acordos coletivos que corriam atrás da inflação e a formação da CUT e do PT.

Depois do Plano Real, com a estabilização da inflação, assisti aos efeitos das guerras do Iraque, queda e assassinato de Saddam Hussein, morte de Kadafi, preços de petróleo nas alturas, ilusão do Consenso de Washington e a crença no deus-mercado que resolveria tudo com o Estado mínimo. Despesas públicas amaldiçoadas e o tripé: estabilidade fiscal, taxa de juros e de câmbio equilibradas numa fábula que pretendia, conceitualmente, reproduzir, nas relações econômicas, os equilíbrios newtonianos da mecânica clássica. Mesmo na Física, no entanto, esses equilíbrios já estavam há muito sendo questionados. Einstein e a física quântica já problematizavam, nos seus campos de conhecimento, essas verdades absolutas que, no plano da economia, consideravam o caminho para alcançar o Nirvana das forças automáticas do mercado, possibilitando resolver os graves problemas que insistiam em persistir.

Sou testemunha da crise de 2008. Até a eclosão da crise do *subprime*, em 2008, a ortodoxia do tripé macroeconômico era considerada uma terapia infalível para as economias. Com o colapso do mundo financeiro central, as soluções heterodoxas, como uma forte intervenção governamental e mecanismos de controle de capital, até então de baixa aceitação, passaram a ser consideradas como instrumentos vitais para a saída da crise. No Brasil, longe da ortodoxia de contrair investimentos, aumentamos a ação do Estado para superar a crise de origem externa.

Em finais de agosto de 2011, algo quase impensável ocorreu: os EUA foram rebaixados de sua avaliação Triplo A de risco pelas agências de avaliação, por razões das dificuldades políticas com o Congresso em aprovar extensão dos limites da dívida americana. O padrão monetário básico do sistema pós-Bretton Woods perdia sua aura, ao mesmo tempo em que os mercados de ações desabavam, refletindo as relações entre os mercados reais e as movimentações financeiras do mundo moderno.

Em 2009, as ameaças de não pagamento da dívida da Grécia expandiram-se para a Espanha e Itália, puxando para o centro do furacão os bancos alemães e franceses. Nas ruas, as multidões se rebelavam. Motins em Londres, o *Occupy* nos EUA ameaça Wall Street, os rebeldes imigrantes da França questionam o acesso ao mercado de trabalho. Apesar dos movimentos para defesa dos direitos, muitos países lançaram programas de austeridade, na falsa ilusão de que a contenção do déficit público, cortando programas,

iria abrir espaço para a poupança privada financiar o investimento e retomar o crescimento. Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (os PIIGs) lançaram-se nestes programas de ajustes e os resultados foram desastrosos.

A austeridade não nasceu como virtude: foi fabricada como álibi. Uma crise monetária e bancária, gestada pela imprudência financeira, no mundo dos fluxos financeiros, foi transmutada numa suposta crise fiscal dos povos. Transmutação e falsidade conceitual. O brilhante Varoufakis, académico e ex-ministro das finanças grego, escreveu muito sobre isso. O resgate não resgatou a sociedade; resgatou balanços bancários e transferiu a conta para salários, rendimentos do trabalho, pensões e serviços públicos.

A dívida privada de poucos foi convertida em culpa pública dos muitos.

Depois, a austeridade apareceu travestida de responsabilidade, como se cortar hospitais fosse prudência e esmagar aposentadorias fosse modernização. Inviabilizar os sonhos das crianças para um futuro melhor foi apresentado como remédio amargo para um futuro melhor.

A consequência distributiva foi brutal: o trabalho organizado perdeu direitos, profissionais de classe média perderam proteções, e o capital credor preservou sua primazia política. A fome e a miséria cresceram.

A crise internacional, assim, converteu-se numa máquina de redistribuição regressiva — de baixo para cima — e deixou não apenas a Grécia derrotada, mas a própria Europa.

Sete anos depois da crise, em 2015, as dúvidas teóricas e de política económica caracterizavam uma situação que Varoufakis, ex-ministro de Finanças do *Syryza* da Grécia, associou a um velho conceito da filosofia grega de *aporia*:

“estado de perplexidade intensa em que nos encontramos quando as nossas certezas se desmoronam; quando, de repente, somos apanhados num impasse, sem conseguirmos explicar o que os nossos olhos veem, o que os nossos dedos tocam, o que os nossos ouvidos ouvem”².

Para tentar sair deste estado de *aporia*, vários economistas e instituições de diferentes tradições teóricas buscaram se debruçar sobre o novo mundo pós-crise para reavaliar as certezas dominantes da era do predomínio do tripé macroeconómico como doutrina infalível.

As desigualdades persistiam nas suas múltiplas dimensões; o Estado era condenado por muitos, mas nas crises era a salvação a quem recorriam. Assimetrias de diagnósticos se revelavam descaradamente: muitos gastos sociais eram considerados desperdícios e ameaças ao equilíbrio, e os subsídios e apoios a grupos empresariais, especialmente financeiros, eram considerados intervenções saudáveis para garantir a saúde sistémica.

Os fluxos financeiros se descolavam exponencialmente da movimentação do mundo físico de mercadorias e serviços. Dramática concentração de rendas e explosivas taxas de juros. O argumento dos equilibristas era de que isso era apenas a reação do mercado à irresponsabilidade fiscal do Estado. Se o setor público se comportasse, cortando na

²VAROUFAKIS, Y. *O Minotauro Global. Os Estados Unidos, a Europa e o Futuro da Economia Global*. Lisboa, Portugal: Bertrand Editora, 2015. 285 p. ISBN: 978-972-25-3054-5. p. 17.

própria carne, o deus-mercado o recompensaria, induzindo crescimento e aliviando as dores do sistema. Tenho idade para dizer: leda ilusão.

Mais de 10 anos atrás, lá pelos idos de 2014-2015, **Dosi et al.**,(2014)³ afirmavam que o melhor *mix* de políticas para a estabilização da economia, no pós-crise de 2008, requeria um conjunto de instrumentos fiscais contracíclicos, induzindo crescimento na recessão e contraindo na expansão, em que os estabilizadores automáticos são fortes para minimizar as flutuações dos ciclos econômicos e uma política monetária que, além da inflação, tenha como objetivo a sustentação do nível de emprego. As políticas tradicionais do tripé, que levam às políticas de austeridade fiscal, aprofundam a depressão, sem melhorar as condições fiscais.

Antes do impeachment da presidenta Dilma, portanto, lá se vão mais de 10 anos, no Brasil também já se discutiam esses assuntos.⁴ Naquele tempo, o **André Nassif**,(2015)⁵ fez uma resenha sobre algumas ideias referentes ao chamado tripé macroeconômico, no contexto da economia americana, depois da crise do final da década passada, aplicando às questões brasileiras. Entre outras questões, ele perguntava, antes do impeachment:

1. Como incorporar no regime de metas da inflação os componentes inerciais da inflação brasileira, assim como os choques de custos?
2. Como minimizar os mecanismos de transmissão do diferencial juros domésticos e internacionais e a apreciação da taxa de câmbio, com seus impactos sobre a economia real?
3. Como resgatar o caráter contracíclico da política fiscal?
4. Como estabilizar a Balança de Pagamentos?

A literatura internacional sugeria que estas questões podiam ser respondidas com a flexibilização do regime de metas da inflação, tanto em relação aos seus objetivos (inflação, estabilidade financeira e emprego), como em relação aos seus instrumentos (taxa de juros, comunicação, gerenciamento de risco etc.), além da sua integração com outras políticas, como as políticas financeiras e o controle dos movimentos de capitais⁶.

O golpe contra a presidente Dilma ocorreu e a ortodoxia predominou no Brasil. O estado foi brutalmente contraído, as políticas sociais desmontadas e soluções de mercado foram implementadas. O desastre se impôs, mesmo que consideremos uma imprevista pandemia. A recuperação começa a ocorrer somente a partir de 2023.

Na importante contribuição que Gerson Gomes e Carlos Antônio Silva da Cruz presentiam, todos os anos, à comunidade dos economistas, há o gráfico da variação da Formação Bruta de Capital Fixo, que induz ao crescimento da economia. Vejam o que

³ DOSI, G.; FAGIOLO, G.; NAPOLETANO, M. et al. Fiscal and Monetary Policies in Complex Evolving Economies. **Groupe de Recherche en Droit, Economie, Gestion Université Nice Sophia Antipolis**, 2014. CNRS. Disponível em: < <http://www.gredeg.cnrs.fr/working-papers/GREDEG-WP-2014-07.pdf> >. Acesso em: 18/08/2015.

⁴ GABRIELLI DE AZEVEDO, J. S. Crise fiscal, dívida e juros altos: desafios para a macroeconomia brasileira.

Nexos Econômicos, v. 9, n. 1, p. 95–133, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/viewFile/21678/14045> .

⁵ NASSIF, A. Política macroeconômica: discussão internacional e miséria do debate ortodoxo no Brasil. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, v. 3, n. Junho 2015, p. 8–13, 2015. Disponível em: <

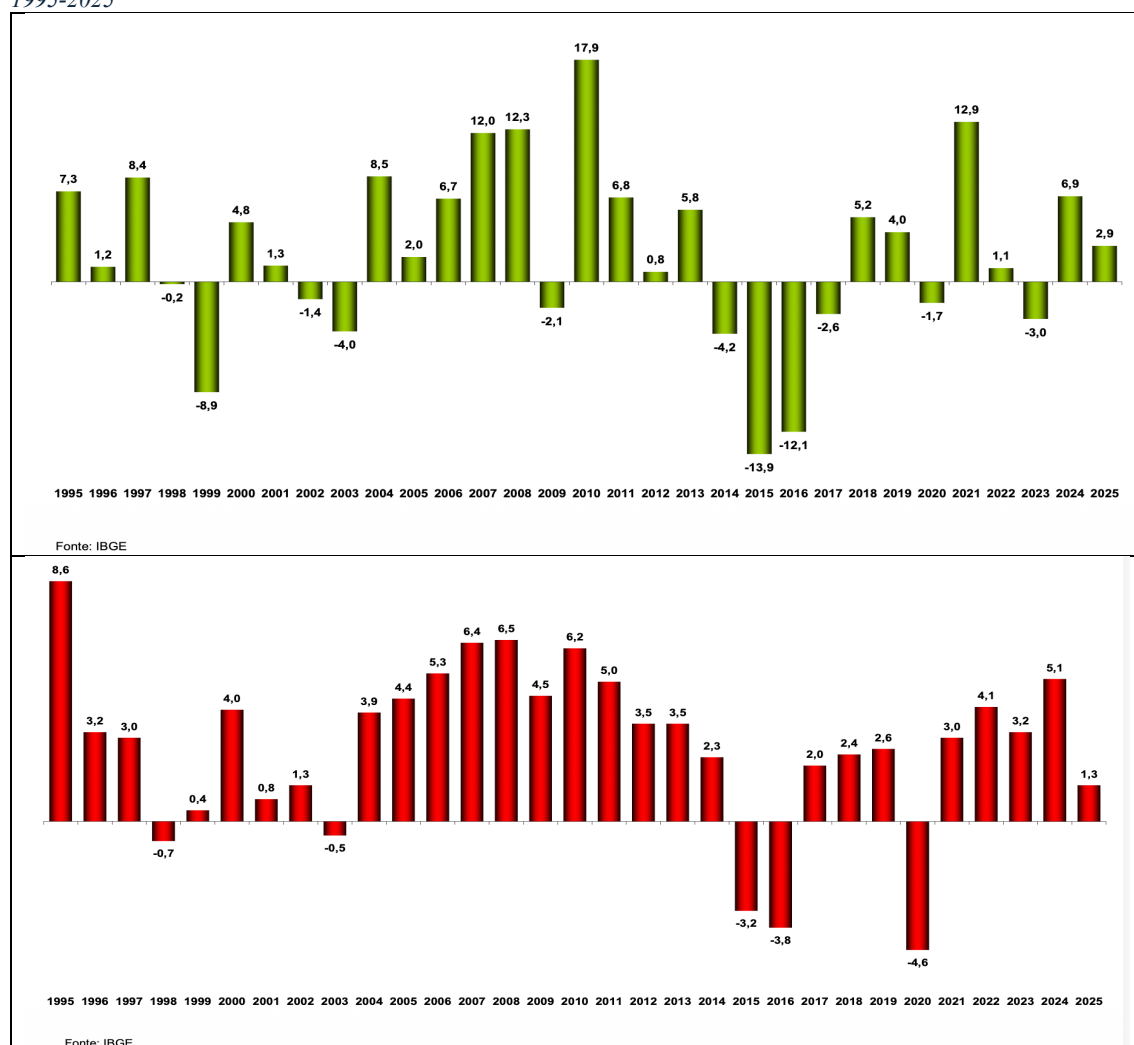
http://plataformapoliticassocial.com.br/wp-content/uploads/2015/06/Revista_20.pdf >. Acesso em: Junho 2015

⁶ DE PAULA, L. F. R.; SARAIVA, P. J. Novo consenso macroeconômico e regime de metas de inflação: algumas implicações para o Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 128, p. 19–32, 2015. ISSN 2236-5567.

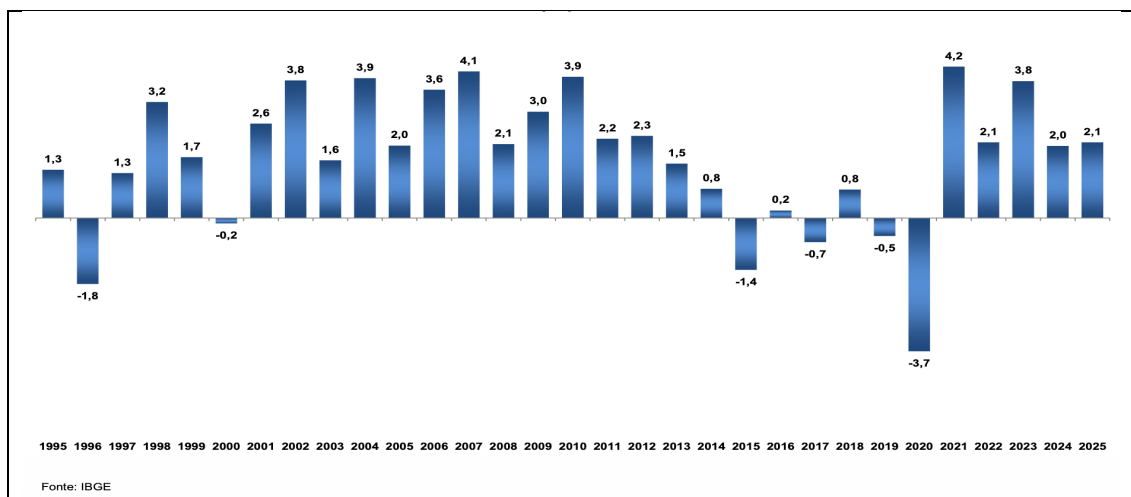
acontece nos anos com o predomínio das políticas de ajuste fiscal, de 2015 a 2022, posteriores ao impeachment da Dilma. Na Figura 1, também há a variação do nível de consumo das famílias, mostrando a grande correlação entre os movimentos dos dois componentes da demanda agregada do país, impactantes sobre o crescimento do PIB. Também há a variação dos gastos correntes do governo, mensurados como Consumo do Governo, que mostra os efeitos da contração fiscal em meados da década de 2010.

Uma das conclusões é que os doutos senhores da sabedoria econômica dominante erraram feio na escolha dos instrumentos para garantir estabilidade fiscal e retomar o crescimento. O povo pagou. Não houve “Pontes para o Futuro”⁷, mas o país caiu em um precipício. Os que erraram lá querem agora que o erro continue, propondo “Estradas para o Futuro”. Há outros caminhos!

Figura 1 Variação anual da Formação Bruta de Capital Físico, do Consumo das Famílias e do Governo, Brasil 1995-2025



⁷ Referência ao programa do ex-presidente Michel Temer <https://interessenacional.com.br/portal/estrada-para-o-futuro/> proposto aos candidatos a presidente em 2026, reciclando as propostas das “Pontes para o Futuro” que embasaram o programa dominante depois do golpe contra a Presidente Dilma, onde o centro da política econômica era a estabilidade fiscal.



Fonte: GOMES, G. C., C. A. S. D. *Trinta e Um Anos de Economia Brasileira 1995/2025*. Campinas: Unicamp. IE / Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2026. 240p. Acesso em: 29/08/2026. ISBN: 978-65-84193-22-2.

Austeridade fiscal hoje: novos problemas.

Agora, em 2026, tenho vivido uma experiência interessante. Ouvindo vários setores e grupos de interesse do Brasil, percebo o nó do problema: a escolha das estradas para pavimentar o futuro, na acepção usada na citação de Lotta e Abramovay no início desse artigo, não é predeterminada e reflete interesses contraditórios. Só a democracia possibilita a definição mais legítima de quem deve pagar as contas e quem deve se beneficiar dos caminhos para o futuro. O futuro se constrói no caminhar do agora.

Vamos exemplificar, avaliando uma tendência de hoje, consolidada para o futuro. Pouca gente discorda de que a população brasileira está envelhecendo e de que, a partir de meados dos próximos anos trinta, teremos mais idosos do que jovens na nossa população.

Vejamos alguns dados com base no Censo de 2022⁸. No início do século XXI, em 2000, para cada 100 jovens havia 22 idosos acima de sessenta anos. Em 2030, esses idosos serão 78 para cada 100 jovens abaixo de 20 anos, e a previsão é de que, em 2070, seremos 230 idosos para cada 100 menores de 20 anos no Brasil. Em 2037, o Brasil terá 49,5 milhões de idosos e 47,7 milhões de jovens.

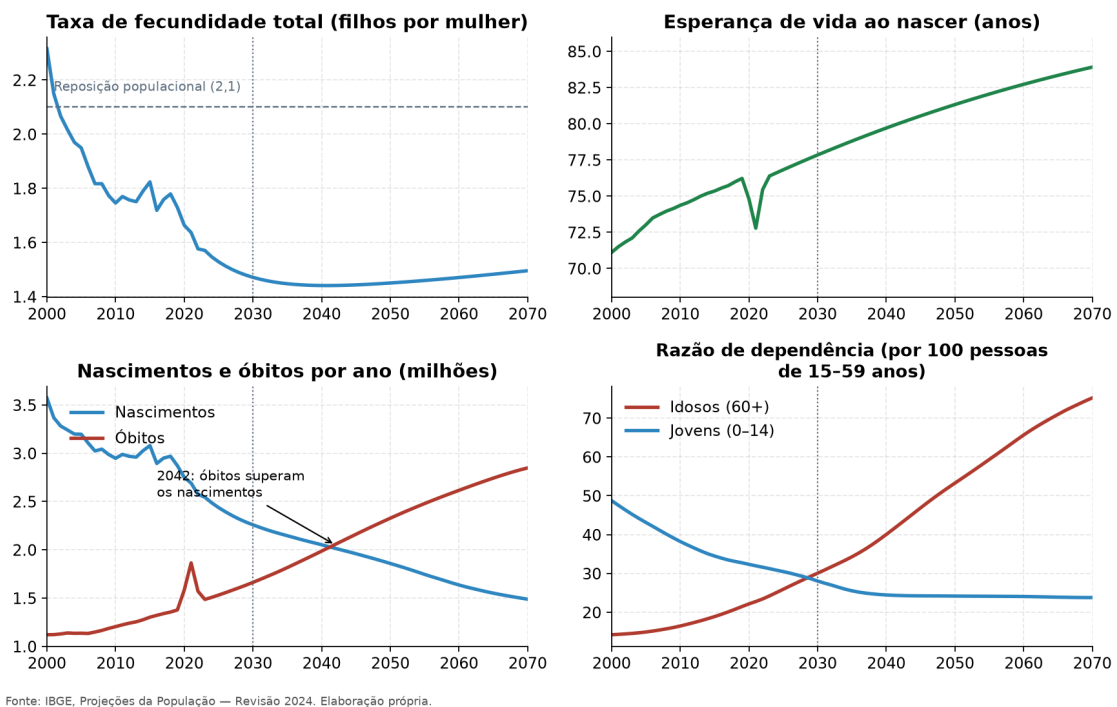
Um dos primeiros efeitos desse envelhecimento já se mostrou no Censo Escolar do INEP de 2025, com uma queda de um milhão de matrículas na educação básica, em um único ano, uma queda maior do que no período da pandemia, atingindo o menor contingente desse nível de ensino do século XXI⁹. A causa principal dessa queda foi a redução da população nas faixas de 0-4 anos e de 15-17 anos. A previsão é de que a população de 0-19 anos encolherá de 42,6% de 2024 a 2070. Seremos 24 milhões de jovens abaixo de 20 anos a menos do que em 2024.

⁸ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>

⁹ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2026/02/26/em-um-ano-brasil-tem-queda-de-1-milhao-de-matriculas-nas-escolas-diz-censo-ensino-medio-registra-menor-numero-de-alunos-do-seculo.ghhtml>

Figura 2 Alguns indicadores do envelhecimento brasileiro

A transição demográfica brasileira, 2000-2070



Fonte: IBGE. Nossos cálculos com a IA Manus.

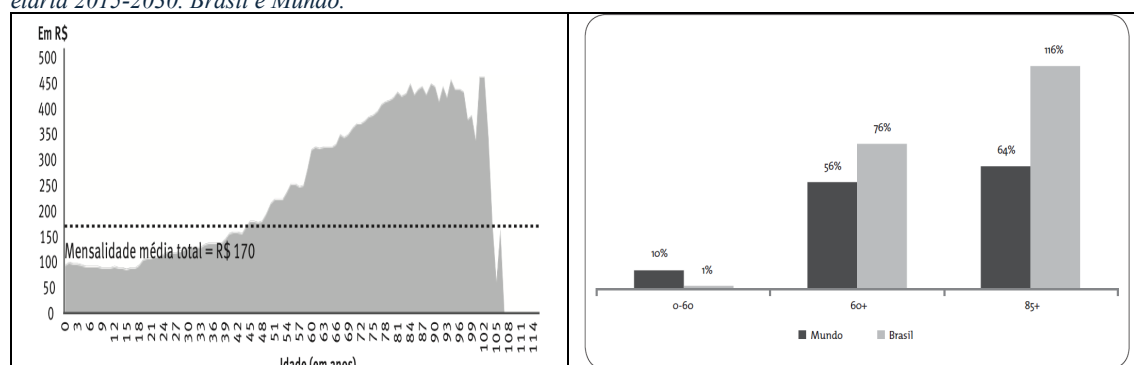
A própria demografia amplifica o problema: a população com 80 anos ou mais — a que mais demanda cuidados contínuos — passará de cerca de 4,8 milhões em 2024 para aproximadamente 22,7 milhões em 2070, multiplicando por quase cinco o número dessas pessoas, e a esperança de vida aos 60 anos subirá para 26,5 anos, alongando o período de vida em que as pessoas dependem de serviços de saúde e de cuidados.

Esse fenômeno demográfico tem um efeito fiscal: como o Fundeb e outras transferências são atrelados ao número de alunos, redes estaduais e municipais enfrentarão receitas estagnadas ou decrescentes, ao mesmo tempo em que o envelhecimento eleva a competição por recursos orçamentários com saúde e previdência.

Do lado da saúde, o envelhecimento desloca o perfil de demanda de doenças agudas e materno-infantis para doenças crônicas não transmissíveis, cuidados de longa duração e atenção de média e alta complexidade, cujo custo por pessoa cresce acentuadamente com a idade. A título de exemplo, usamos um estudo de 2015, publicado em 2018, analisando as contas de planos de saúde suplementar no Brasil por faixa etária para ilustrar como o envelhecimento aumenta o desembolso com saúde. São dados da saúde privada e não do SUS. O fenômeno se agrava com o aumento da longevidade. Até amanhã, em 2030, população de mais de 85 anos mais que dobrará em relação à de

2015, já agora no final do próximo mandato presidencial, com um crescimento de 116%¹⁰.

Figura 3 Despesas médicas por faixa etária. Planos de saúde 2015 e Taxa de crescimento demográfico por faixa etária 2015-2030. Brasil e Mundo.



Fonte: SANTOS, S. L. ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E GASTOS COM SAÚDE: Uma análise das Transferências Intergeracionais e Intrageracionais na Saúde Suplementar Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* v. 35, n. 2, 2018.

O Tesouro Nacional vem alertando sobre as implicações desse fenômeno. A Secretaria do Tesouro Nacional estimou, no projeto da LDO 2025, que o envelhecimento da população elevará a pressão por recursos para os serviços de saúde em R\$ 67,2 bilhões adicionais nos dez anos entre 2024 e 2034, apenas considerando assistência farmacêutica e atenção de média e alta complexidade.

Já na LDO 2026, o Tesouro apresenta a estimativa de que a dinâmica populacional brasileira requereria a expansão real de 1,1% a.a. na despesa, para manter o nível e cobertura dos serviços prestados atualmente. Diz o PLDO2027:

*No período 2026-2036, estima-se uma demanda líquida acumulada por despesas da União em saúde e educação, decorrente da evolução demográfica, no montante de R\$ 90,7 bilhões, em valores de 2025, considerando-se a demanda acumulada por gastos em saúde (acréscimo de R\$ 120,9 bilhões) e educação (redução de R\$ 30,2 bilhões)*¹¹.

Por outro lado, estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, amplamente repercutido pelos que querem criar o clima de crise fiscal iminente, mostra que, mais do que o envelhecimento da população, um fator misto de custos vai aumentar a necessidade de gastos públicos na saúde, com a subida dos preços dos insumos e a incorporação de novas tecnologias, como equipamentos, robôs e inteligência artificial. A necessidade de financiamento da saúde nos próximos dez anos vai aumentar 3,9% em termos reais ao ano, o equivalente a R\$ 10 bilhões a mais ao ano, mais do que os 2,5% do arcabouço fiscal¹².

¹⁰ <https://blogdodesenvolvimento.bndes.gov.br/categoria/economia-e-desenvolvimento/Envelhecimento-e-transicao-demografica/>

¹¹ <https://www.congressonacional.leg.br/documents/150599582/156145089/AnexoV.pdf/78111741-6a90-4384-8f3d-b1f75a448b27>

¹² <https://www.estadao.com.br/economia/governo-mais-dinheiro-saude-menos-educacao-tesouro/>

De acordo com o Novo Arcabouço Fiscal de 2023¹³, a LDO precisa estabelecer as metas anuais de resultados primários para os próximos quatro anos, de “forma compatível com a trajetória sustentável da dívida pública”.

Na avaliação da conjuntura econômica de 2026-2027, o projeto do executivo para a LDO2027 resgata a importância contracíclica da política fiscal, afirmando

“Ao definir limites para o crescimento das despesas - com base na variação real da receita primária líquida ajustada - o novo arcabouço fiscal busca garantir que, em períodos de expansão econômica, os gastos públicos não sejam exacerbados, ao passo que, em momentos de recessão, seja assegurado um patamar mínimo de despesas¹⁴.”

Diz também o PLLDO2027, ainda em tramitação no Congresso Nacional, que

A estratégia de política fiscal continuará alinhada e comprometida com a busca por geração de superávits primários crescentes e a sustentabilidade da trajetória da dívida pública no médio prazo[...] A meta de resultado primário estipulada para o próximo ano [2027] é de superávit primário de 0,50% do PIB. Para 2028, a meta fiscal é de 1% do PIB; para 2029, 1,25% do PIB e; em 2030, 1,50% do PIB.

Vamos agora olhar pelo lado da importância dessas despesas e não pela ótica do seu corte para a austeridade fiscal. Começemos pela saúde. Seremos mais idosos e esses precisam de mais cuidados, e não menos. Para que os adultos em idade produtiva possam trabalhar, há de haver alguém para cuidar dos dois lados da equação demográfica: o número crescente de idosos mais longevos e das crianças que, apesar de nascerem em menor número, continuam nascendo.

Essa carga de trabalho extra recai principalmente sobre as mulheres, em particular as negras e mais pobres. Além de se dedicarem aos afazeres domésticos tradicionais, as mulheres também se desdobram em mais essa jornada de cuidar de seus idosos e suas crianças, no âmbito familiar. É indispensável que o Estado também desenvolva políticas públicas para reduzir essa carga. Um novo conjunto de ações precisa ser desenvolvido para repartir as tarefas entre a família e o Estado.

Em estudo publicado no início de 2020, a OXFAM¹⁵ destacava que, se o tempo de trabalho destinado a essas tarefas não remuneradas fosse mensurado, o valor seria superior ao faturamento de muitos setores industriais no mundo. Em 2023, o governo do Brasil iniciou as discussões sobre um Plano Nacional de Cuidados, finalmente aprovado e detalhado com o nome de “Brasil que Cuida”¹⁶ em finais de 2025.

Os impactos dessas políticas e a liberação do tempo, principalmente das mulheres, podem ter impactos significativos no bem-estar e nas atividades econômicas. A valorização desses trabalhos pode intensificar a geração de ocupações e rendas para (o)s

¹³ Lei Complementar nº 200/2023 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2023/leicomplementar-200-30-agosto-2023-794631-norma-pl.html>

¹⁴ <https://www.congressonacional.leg.br/documents/150599582/156145089/AnexoIV.pdf/940413d2-3f3d-4d0e-902e-fcaae576af84>

¹⁵ LAWSON, M.; BUTT, A. P.; HARVEY, R. et al. **Tempo de cuidar. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. OXFAM. janeiro p., 2020 v. Disponível em: < https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2020/01/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf >.

¹⁶ Lei nº 15.069/2024, regulamentada pelo Decreto nº 12.562/2025 e detalhada na Portaria Interministerial MDS/Mulheres/MDHC nº 35, de 11 de dezembro de 2025.

cuidadora(e)s, com efeitos multiplicadores que podem chegar às receitas públicas. O trabalho doméstico também sofrerá os impactos dessas novas políticas de cuidados. Isso não se faz sem recursos e, portanto, os efeitos fiscais terão que ser considerados.

Além da necessidade de tratar as questões do aumento da longevidade, o SUS, esse patrimônio do povo brasileiro, precisa enfrentar seus problemas estruturais: acesso desigual, coordenação fragmentada, escassez regionalizada de profissionais qualificados, infraestrutura digital incompleta, rede de saúde mental insuficiente, filas na regulação.¹⁷ Um dos grandes desafios é a melhor integração da ampliação da cobertura da rede de Assistência Básica com as unidades de média e alta complexidade, para atender os casos que exigem atendimento mais especializado.

Novos desafios são oriundos da necessidade de se preparar o SUS para os efeitos na saúde dos eventos climáticos extremos, do avanço da digitalização, do aumento de custos de insumos e equipamentos médicos e de novas doenças. Telessaúde e prontuários digitais aumentam a eficiência e diminuem custos.

A Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) e o programa Mais Especialistas, iniciados nesse governo, apontam na direção correta da solução dos entraves e precisam de mais, e não de menos recursos, concentrando atenção nas melhores soluções de assistência com visão territorial diferenciada.

Apesar de cerca de um quarto dos atendimentos de saúde ser feito pela rede privada, poucos são aqueles que acham que os planos de saúde privados e a medicina particular sejam os caminhos para a expansão do atendimento às necessidades da população. Recursos públicos precisam ser alocados para isso.

Se há mais necessidade de recursos para a saúde, o que acontece com a educação, já que o número de jovens declina relativamente aos mais idosos? O próprio Tesouro Nacional já antecipa uma queda das necessidades para a educação, da forma como ela é hoje.

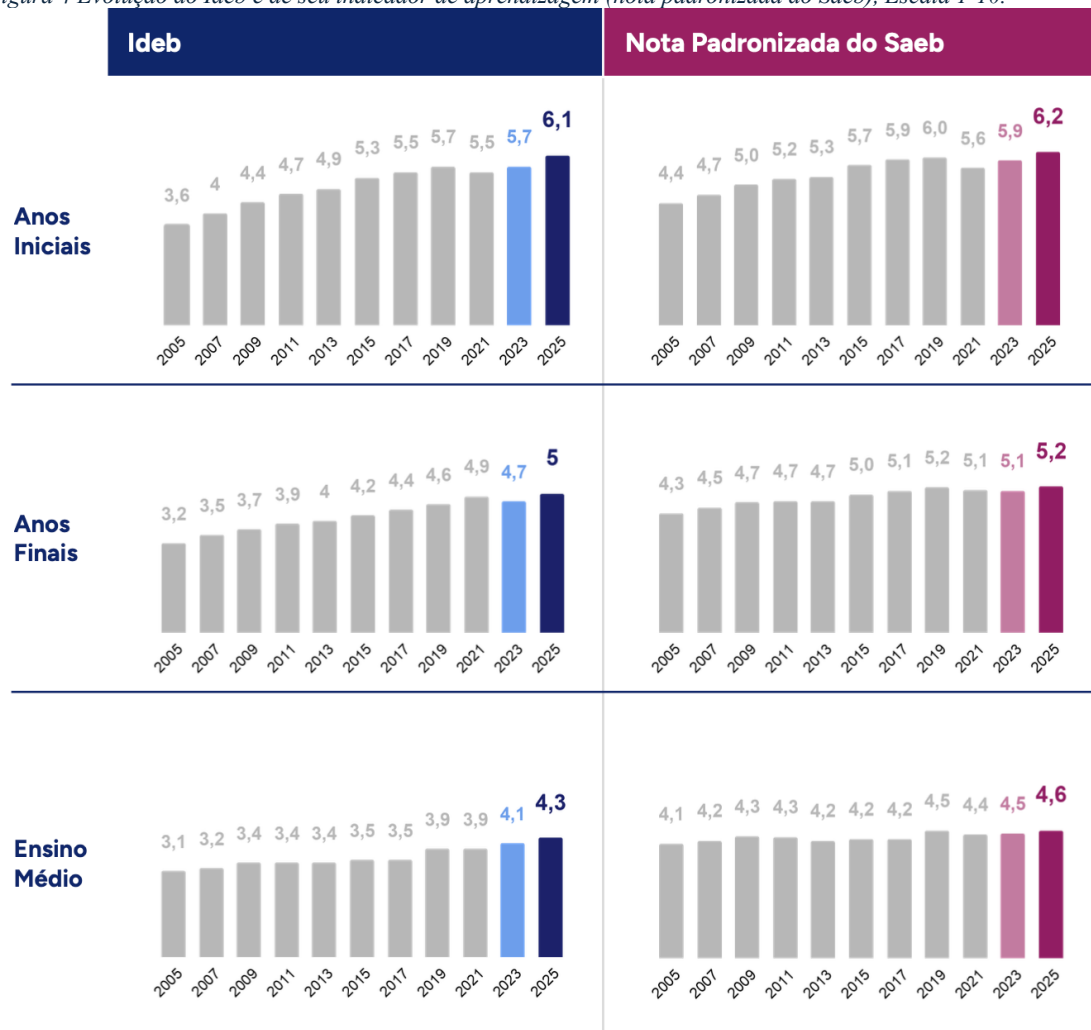
Destaquemos as mudanças de exigências e outras transições que o futuro nos reserva. As pessoas do futuro estão sendo formadas hoje, e as que já estão em idade adulta estão sendo forçadas a se reprogramarem por alterações nas formas de relações de trabalho e exigências de qualificação.

Os resultados do IDEB mostram que, nos últimos vinte anos, avançamos muito na aprendizagem de nossos jovens. De 2005 a 2025, o indicador da rede pública passou de 3,6 para 6,1 nos Anos Iniciais, de 3,2 para 5,0 nos Anos Finais e de 3,1 para 4,3 no Ensino Médio¹⁸, como se mostra na Figura 4. Avançamos muito, mas precisamos continuar avançando e acelerar a formação dos nossos jovens para os desafios do novo mundo.

¹⁷INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS). **Agenda +SUS 2027-2030. 10 propostas para o futuro da Saúde Pública**. UMANE/IEPS. Rio de Janeiro: p., 2026 v. Disponível em: < www.ieps.org.br >.

¹⁸ TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Análise do Todos Pela Educação sobre os dados do Ideb/Saeb 2025**. p., 2026 v. Disponível em: < <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2026/08/ideb-saeb-2025-analise-do-todos-pela-educacao.pdf> >. Acesso em: 29/08/2026.

Figura 4 Evolução do Ideb e de seu indicador de aprendizagem (nota padronizada do Saeb), Escala 1-10.



Fonte: MEC/Inep/Daeb - Saeb. Elaboração: Todos Pela Educação.

Fonte: **TODOS PELA EDUCAÇÃO. Análise do Todos Pela Educação sobre os dados do Ideb/Saeb 2025.** p., 2026 v. Disponível em: <
<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2026/08/ideb-saeb-2025-analise-do-todos-pela-educacao.pdf>>. Acesso em: 29/08/2026.

Estudos mostram que, apesar de enormes avanços nos últimos 20 anos, nosso sistema educacional ainda forma inadequadamente seus egressos. Aumentou a escolarização, mas os resultados dos testes mostram ainda necessidades de melhorias significativas na aprendizagem básica para enfrentamento dos requerimentos dos tempos contemporâneos. Na educação básica, somente 5% de nossos alunos têm o conhecimento requerido de matemática e 32% em língua portuguesa. Os dados são ainda mais dramáticos quando se observa a desigualdade econômica das famílias dos alunos: os alunos das famílias situadas entre os 25% de maior nível de renda superaram os 25% de famílias mais pobres em 77 pontos de matemática no PISA 2022. As distâncias se afastam quando a diferença é entre brancos e pretos e quilombolas e indígenas. O futuro dessas pessoas está sendo traçado hoje e não é por culpa delas que seu aprendizado é insuficiente.

Estamos vivendo os estertores da janela do bônus demográfico e nossos jovens estão se formando para a inclusão produtiva no aqui e no agora. Precisamos ampliar a Educação Profissional e Tecnológica. 63,9 milhões de brasileiros de 15 anos ou mais não concluíram a educação básica em 2025. Em 2024, entre os jovens de 15 a 29 anos, 8,9 milhões estavam fora da escola, sendo 60% desses pretos e pardos¹⁹. Se queremos reduzir desigualdades, temos que atuar também aí e mais recursos para treinar professores, adequar equipamentos, reorientar matrículas, estimular permanência, transformando a escola em lugar atraente para o convívio dos jovens, são indispensáveis.

Há várias evidências de que a expansão da educação integral tem impactos muito positivos na aprendizagem e na qualificação dos alunos, não só por abrigá-los mais tempo, com alimentação e segurança, mas também por oferecer acesso aos conhecimentos científicos, humanos, artísticos e esportivos. A educação integral custa mais do que a educação parcial.

A Fundação do Banco Itaú destaca que, até o 9º ano, crianças de famílias de alta renda acumulam sete mil horas a mais de aprendizado do que as crianças de famílias de baixa renda, essencialmente por causa de acesso a atividades extracurriculares. É necessário reduzir essa desigualdade, expandindo o ensino integral na rede pública. Em 2025, essas matrículas já eram de um quarto das matrículas totais da rede pública no Ensino Básico.

Outra fundação privada, a Fundação Natura, publicou junto com a revista Exame²⁰, relatório sobre os benefícios do ensino integral. Eles afirmam que os alunos do ensino integral aprendem o dobro em matemática e 70% a mais em português do que os alunos do ensino médio não integral. Chama a atenção também para o custo incremental por aluno integral de 24 mil reais do início dos anos 2020, enquanto os alunos egressos na idade adulta aumentam seu fluxo de renda de 64 mil reais, e que a sociedade, com a formalização dos vínculos de trabalho, aumento da produtividade e crescimento da arrecadação, recebe seis vezes mais do que o valor inicial investido. O ganho social adicional do ensino integral é de 145 mil reais ao longo da vida da pessoa que passa pela escola com educação integral.

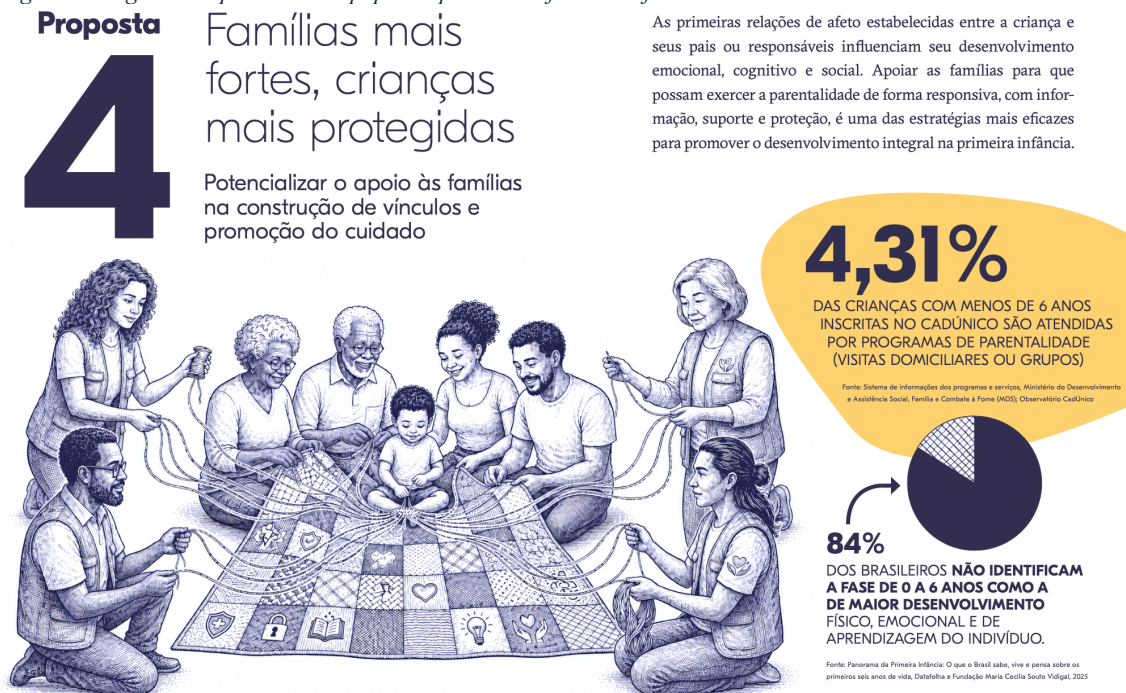
Não podemos também esquecer que é na primeira infância que se formam as principais conexões neurocerebrais que permitem a evolução cognitiva das pessoas²¹. A Figura 5 ilustra as importantes relações entre a primeira infância e a ação da família, mas não podemos esquecer o caráter complementar e importante que o Estado desempenha na efetividade das ações nesse período da vida, especialmente para as famílias mais pobres, negras e periféricas.

¹⁹ FUNDAÇÃO ITAÚ. Educação e cultura para sonhar o Brasil. Eleições 2026: diagnóstico e recomendações. Fundação Itaú. São Paulo: p., 2026 v.

²⁰ INSTITUTO NATURA; ICE; INSTITUTO SONHO GRANDE. **Educação Integral. Impacto Real.** EXAME. p., 2026 v.

²¹ Importância para o desenvolvimento da cognição já reconhecido por Gramsci na carta de 1929 citada no início desse artigo.

Figura 5 Diagrama esquemático do papel da primeira infância na família



Fonte: **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal**, (2026)

É a mesma fundação privada que alerta:

Das 18,1 milhões de crianças de 0 a 6 anos no país, 11,5 milhões (63,2%) estão inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), sendo 66,4% delas negras.[...] O Marco [Legal da Primeira Infância (2016)] prevê também a criação de uma Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNPI) — recentemente instituída pelo Decreto nº 12.574, de 5 de agosto de 2025 — para a concretização de diretrizes relacionadas à atuação intersectorial, ao fortalecimento das famílias e à promoção do desenvolvimento integral de bebês e crianças²².

Não se avança nessa pauta indispensável para não formarmos pessoas, depois dos seis anos de idade, que terão enormes dificuldades de superar os traumas cognitivos adquiridos na primeira infância. Serão cidadãos e cidadãs de segunda classe, pois foram impedidos de fazer as conexões cerebrais que são formadas apenas nessa etapa da vida. É justo o Estado deixar essa enorme responsabilidade apenas para as famílias?

Há de se considerar também que a discussão dos gastos públicos não pode se limitar a “tesourachos” para seu corte. O seu uso mais eficiente e as possibilidades de maior eficácia e eficiência das políticas precisam ser levados em conta. A expansão das atividades de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas e busca incessante de maior eficiência devem nortear essas políticas sociais. Há espaços para grandes ganhos de eficiência, sem necessariamente ter que recorrer ao corte das alocações de recursos.

²² FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. **Primeira Infância no Brasil: uma Agenda para os Governos Federal e Estaduais até 2030**. São Paulo, 45 p., 2026 v. Disponível em: <<https://fundacaomariacecilia.org.br/biblioteca/primeira-infancia-no-brasil-uma-agenda-para-os-governos-federal-e-estaduais-ate-2030/>>. Acesso em: 29/08/2026.

Para o fortalecimento da função planejamento, não se pode conviver com os mecanismos institucionais hoje prevalentes no processo de decisão e execução das emendas parlamentares. Quase um quarto dos recursos disponíveis para escolhas da política econômica (despesas discricionárias) não podem ser controlados exclusivamente pelos interesses paroquiais dos parlamentares. Há de se integrar isso com as prioridades e projetos estruturantes definidos pelo Executivo. Há de se buscar um pacto nacional com os três poderes e a sociedade para enfrentar os graves problemas que a nação ainda tem.

Como lembra Ricardo Henriques, mesmo chamando a atenção para a importância do equilíbrio fiscal:

Resultados sociais não serão realizados por geração espontânea, senão por uma cadeia de resultados referenciada pelo bom uso dos recursos públicos, com frequente monitoramento e avaliação, e pela execução de processos adequados de forma consistente”²³.

Isso quer dizer planejamento e Estado forte. O mercado não alcança, sozinho, esses resultados. Com inflação descontrolada e trajetória explosiva da dívida, também não se chega a esses resultados. A questão passa então a ser de diagnóstico para aplicar o remédio. Temos uma situação de descontrole das contas públicas ou não?

Uma conquista do processo de redemocratização do Brasil, que culminou na Constituição de 1988, foi a imposição de pisos constitucionais mínimos para a saúde e educação. O governo é obrigado a aplicar 15% da Receita Corrente Líquida em saúde e 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) em educação.

Os desafios não apontam para a redução de gastos, mas, ao contrário, indicam a necessidade de ampliação de forma efetiva e eficaz dos recursos alocados, tanto para custeio como para investimentos na área de saúde.

Os programas dos principais candidatos

Antes de ir para as conclusões, vamos comparar o que dizem os programas de governo registrados no TSE dos dois candidatos mais à frente das pesquisas sobre saúde, educação e questões fiscais.

Em relação à educação e cultura²⁴, o programa de Flávio Bolsonaro promete ampliar as creches e escolas em tempo integral, sem meta, prazo ou custeio. Menciona o programa de vouchers, sinalizando que confia na expansão da rede privada. Creche por voucher não enfrenta o déficit de equipamento público e cria redes desiguais.

Sem mencionar o FUNDEB, promete qualificar o professor e não trata de piso salarial, carreira ou concurso. Diagnostica a má qualidade do sistema de ensino e propõe financiamento por resultados, que transfere recurso a quem já alcança a meta. Além do FUNDEB, o programa também não menciona o PNE, PNAE, livro didático, educação inclusiva, EJA e educação do campo, Pé-de-Meia, assistência estudantil, cotas, ProUni e

²³ HENRIQUES, R. Utopia Pragmática. Futuros ambiciosos e possíveis para acelerar o desenvolvimento humano do Brasil. Primeira. São Paulo: Editora Jandaíra, 2026. p. ISBN: 978-65-5094-189-5, p. 176.

²⁴ Trabalho voluntário de alguns assessores da Câmara dos Deputados, 2026.

expansão da rede federal. Esses são programas federais já em andamento, incluídos no orçamento atual. Pode-se entender que eles serão cortados dos orçamentos futuros no governo Flávio Bolsonaro, como ocorreu com o seu pai em relação a várias políticas sociais.

No que se refere aos idosos, o programa de Bolsonaro não menciona o BPC, mas promete acabar com a fila do INSS, prometendo também cortar ministérios e despesas administrativas, sem recomposição de quadro. A Rede Nacional de Cuidado, ILPIs, Casa Segura para Envelhecer e Centros de Referência em TEA são anunciados e o cuidado é justificado como meio de devolver tempo às mulheres, tratando o acolhimento como encargo familiar feminino, e não como direito à autonomia. O plano afirma que o Estado não pode assumir esse cuidado no lugar da família.

Há indicações de que a preferência da política para o tema é pelo modelo de execução por parceria público-privada, sem padrão de serviço, fiscalização ou continuidade em caso de rescisão.

No que se refere à saúde, Flávio Bolsonaro propõe ampliar a Saúde da Família sem citar a principal política federal de provimento de médicos. Apresenta como novidade a entrega domiciliar de remédio, compra de capacidade ociosa privada, telessaúde e gestão de filas, todas já em execução. Promete corrigir a Tabela SUS, sem estimativa de impacto, e ignora que o financiamento da atenção especializada não se resume à tabela. Propõe prontuário eletrônico único, quando a RNDS e o Meu SUS Digital já operam.

Não propõe qualquer medida para ampliar a capacidade pública: não há unidade básica, hospital, leito, concurso ou política de força de trabalho. Adota a compra de capacidade privada como modelo, e não complemento, gerando dependência estrutural sem constituir patrimônio público. Apresenta, sem detalhar, uma regra fiscal com gatilho de congelamento na dívida/PIB, que pode congelar permanentemente o gasto público.

Em suma, é um programa perfeitamente compatível com redução de despesas primárias, aumento do superávit primário, garantia do financiamento do déficit nominal, sem políticas bruscas de redução da taxa de juros, que virá pela benevolência do mercado que, como a fada madrinha, recompensará os esforços de austeridade. Mesmo que isso signifique o abandono dos idosos e o comprometimento do futuro das crianças e dos jovens.

Por seu turno, Lula apresentou ao TSE um programa que propõe a expansão de creches via Novo PAC, cuidotecas para crianças de 3 a 12 anos e benefícios especiais do Bolsa Família para crianças e adolescentes, além da retomada da vacinação infantil, mantendo o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com meta de 80% das crianças alfabetizadas na idade certa.

Propõe também a Continuidade do Pé-de-Meia (permanência no ensino médio) e da rede de cursinhos populares (CPop) para acesso ao ensino superior, com fortalecimento da assistência estudantil (moradia e alimentação) e da política de aprendizagem para o trabalho.

Em relação aos idosos, o programa de Lula considera o envelhecimento como uma "conquista civilizatória": eixos de promoção da autonomia e de garantia do cuidado conforme o grau de dependência. Quer a Expansão dos Centros-Dia e do Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (PADI Brasil). Pretende a ampliação de vagas públicas em ILPIs, parcerias privadas para contratação de pessoas 60+ e letramento digital para reduzir fraudes contra idosos.

Em relação à saúde, o programa de Lula fala de expansão do Programa Agora tem Especialistas para redução de filas, ampliação do Mais Médicos e da Farmácia Popular 100% gratuita e Brasil Sorridente (saúde bucal universal). Fala também na Consolidação do prontuário único via Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e consolidação da maior rede pública de cuidado ao câncer do mundo. Estimula o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) como estratégia de soberania sanitária e produção nacional de insumos (ex.: Hemobrás, insulina).

Para esse programa, é muito difícil o corte do piso constitucional de saúde e educação, ainda que haja possibilidades de maior eficiência nos gastos dos setores estratégicos aqui referidos. Há possibilidades de aumentar a efetividade, eficácia e eficiência das atuais políticas de saúde e educação, mas não há como ter cortes significativos dos atuais recursos para atender às necessidades de hoje e aos desafios de amanhã.

Para o programa de Lula, a questão econômica central é a busca da redução das taxas de juros, que tem sua origem principal na política monetária de lenta queda da SELIC. Os juros não são o resultado automático do equilíbrio entre oferta e demanda agregadas. A liquidez é o elemento determinante de seu nível, e as operações com títulos públicos desempenham papel fundamental nessa arquitetura institucional. Os ajustes principais não são oriundos dos gastos públicos, mas sim do afrouxamento controlado da oferta de moeda.

Em termos de modelo de crescimento econômico, que impacta a evolução das contas fiscais, os dois candidatos apontam estradas bem distintas, como se resume na Tabela 1.

Tabela 1 Comparação dos modelos de crescimento dos dois candidatos

	Programa de Flavio Bolsonaro	Programa de Lula
Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável	• Meta de dobrar o crescimento histórico: 4% ao ano na próxima década, apoiado em investimento privado, segurança jurídica e competitividade do agro, indústria e serviços. • Papel do Estado como facilitador ("país que funciona"), não como empresário. • "Tesouração": corte profundo de gastos, equilíbrio fiscal, redução de impostos e combate à corrupção como base da sustentação do crescimento. • Redução da dívida/PIB e da taxa de juros como pré-condição do desenvolvimento social.	• Continuidade do modelo dos 5 pilares: retomada do crescimento e emprego; combate às desigualdades; inflação controlada e responsabilidade fiscal; neoindustrialização com transformação ecológica; reabertura ao mundo com soberania. • Novo PAC e Nova Indústria Brasil (NIB) como eixos de investimento público-privado. • Arcabouço fiscal, valorização do salário-mínimo e Bolsa Família como combinação de estabilidade macro com redução de desigualdade. • Ênfase no mercado interno de massa e na justiça tributária como motores do desenvolvimento.

São dois programas que ocupam estradas que conduzem a destinos distintos. Estamos na encruzilhada e temos várias direções a seguir. Não é uma decisão exclusivamente econômica. É principalmente uma escolha política e, na democracia, quem decide o caminho é o voto.

Conclusões

O noticiário econômico de meados de 2026 lembra o filme na época do impeachment. Estamos à beira de um colapso econômico, principalmente de origem fiscal. Nesse artigo deixamos propositalmente de fora os impactos do envelhecimento sobre a previdência, nem abordamos as políticas de aumento real do salário mínimo sobre as contas dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), seguro-desemprego (parcela mínima) e valor da contribuição previdenciária dos microempreendedores individuais (MEIs). Isso será objeto de um outro artigo.

Em outro artigo²⁵, agora de 2026, já abordamos a trajetória da dívida pública e seus principais fenômenos impulsionadores, relativizando o papel do déficit primário e a elevação das taxas de juros. Suas origens fiscais ou monetárias. Em ainda outro trabalho dessa série²⁶, tentamos trazer dados observáveis sobre a gravidade de uma crise fiscal iminente no Brasil, tentando demonstrar sua pouca razoabilidade empírica.

Hoje, vamos voltar 10 anos e repetir conclusões a que chegamos lá em 2015:

Estamos diante de um impasse. Uma solução de choque de curto prazo do ajuste é altamente recessiva e profundamente perversa do ponto de vista social. Por outro lado, a experiência internacional não indica certezas de que seus resultados sobre a retomada do crescimento sejam visíveis no médio prazo. É um ajuste que se refletirá principalmente na distribuição de renda, agravando a concentração e ampliando a parcela rentista dos rendimentos²⁷.

Temos agora desafios mais concretos. Saúde e educação sofrem os efeitos do envelhecimento acelerado de nossa população. Isso ocorre também junto a uma velocidade estonteante da transformação digital, do acesso a novas tecnologias, das mudanças de fontes primárias de energia, de mudanças climáticas e de esfacelamento dos padrões de relacionamento econômico e diplomático entre as várias nações do mundo.

Pelo noticiário, temos que enfrentar a avalanche da dívida pública, cortando na própria carne do poder público, mesmo que isso signifique o abandono dos idosos, das crianças e dos jovens, deixando que as forças do mercado entreguem os serviços necessários para o futuro. Escolhi a maior parte dos dados ilustrativos dos desafios apontados nesse artigo de fontes de funções do setor privado, claramente apartidárias. A interpretação é exclusivamente der minha responsabilidade.

²⁵ GABRIELLI DE AZEVEDO, J. S. Dívida, equilíbrio fiscal e inclusão social: desafios da política econômica. **Teoria e Debate**, 10/08/2026. 2026. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/divida-equilibrio-fiscal-e-inclusao-social-desafios-da-politica-economica/> >. Acesso em: 13/08/2026.

²⁶ GABRIELLI DE AZEVEDO, J. S. As contas fiscais: há ou não há um precipício à nossa frente? **Jornal GGN**, 20/08/2026. 2026. GGN. Disponível em: < <https://jornalggm.com.br/artigos/gabrielli-as-contas-fiscais-ha-ou-nao-um-precipicio-a-nossa-frente/> >. Acesso em: 29/08/2026.

²⁷ GABRIELLI DE AZEVEDO, J.S, 2015, *ibidem* ,p. 128.

A escolha, novamente, é política. Vamos nos preparar para aproveitar as nossas oportunidades ou vamos continuar, como diz o nosso hino:

*Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!*

O novo mundo exige estado forte, eficiente, planejador e definidor de prioridades. O novo mundo quer menos desigualdades e estabilidade de crescimento. O novo mundo quer retomar a expansão das oportunidades e reduzir a concentração de renda. Não há equilíbrio automático para isso. O desenvolvimento é, por definição, desequilibrador. A questão é quem paga a conta e quem se beneficia das políticas.